



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

INSTALADA EM 24/10/1961

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO 26/2023

O Vereador que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais conferidas pelo art. 192, X do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem perante o soberano plenário desta casa de leis, para que, na forma que determina o art. 20, XX da LOM, o Poder Executivo preste as informações conforme abaixo **REQUER-SE:**

- 1) A obra de reforma da Escola João Francisco Siqueira no Distrito de Lagoa da Cruz prevê o concerto dos beirais do telhado da referida instituição de ensino?
- 2) Prevê a troca dos pisos com taquinhos, que são antigos?
- 3) Prevê a instalação de corrimãos nas escadas?
- 4) Prevê a instalação de divisórias nos banheiros?
- 5) haverá construção sobre as fossas sépticas?
- 6) Houve a instauração de procedimento para apuração de irregularidades na execução da referida obra ou a notificação da empresa acerca de alguma situação decorrente da execução do contrato? Se sim, encaminhar cópia (preferencialmente digital).

JUSTIFICATIVA

Recentemente foi iniciada obra de reforma da Escola Municipal João Francisco Siqueira no Distrito de Lagoa da Cruz, a qual é há muito tempo aguardada pela população local e tende a trazer enorme ganho na qualidade do ensino através da melhoria das instalações, o que deve trazer maior conforto aos alunos que a frequentam.

Contudo, se tem poucas informações acerca dos detalhes relacionados a obra, tais como os retro elencados.

Através do Requerimento nº 06/2023 foi solicitado informações sobre o projeto, contudo, não foi encaminhado cópia, nem indicado de forma precisa em qual local do Portal da Transparência do Município pode ser encontrado informações do contrato, e tampouco do projeto.

Ainda há dúvidas de munícipes acerca da obra, especialmente em vista de que a municipalidade não está franqueando acesso quaisquer informações, haja vista que o endereço eletrônico indicado no ofício de resposta ao requerimento diz respeito ao sistema anterior que, como é sabido, houve mudança de empresa contratada de todos os módulos de software de gestão pública municipal, dentre eles, do portal da transparência.

Desta forma, visando concretizar a função fiscalizatória que compete ao Legislativo (art. 31, *caput*, da Constituição Federal), bem como dar maior transparência aos atos públicos, requer-se resposta as indagações supra.

Antonio Olinto, 24 de maio de 2023.

RICARDO WISNIESKI ALVES
Vereador